



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL/FAX 0(XX)18 – 3273-9300 - CEP 19160-000 - ÁLVARES MACHADO-SP

Projeto de Lei nº 03/2020 – de 18 de Fevereiro de 2020.

Dispõe sobre: Concede revisão anual de salários aos servidores de executivo municipal.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a revisão salarial de 4,31% (quatro virgula trinta e um por cento) correspondente ao IPCA – IBGE de 2019, a partir de 01 de Março de 2020, sobre os quadros dos servidores do executivo municipal.

Art. 2º - Os efeitos da presente Lei aplicam-se aos inativos e pensionistas do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei ocorrerão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PM de Álvares Machado, 18 de Fevereiro de 2020.

ROGER FERNANDES GASQUES
Prefeito

APROVADO EM	<u>única</u>	DISCUSSÃO
SESSÃO	<u>ORDINÁRIA</u>	
DATA:	<u>09/03/2020</u>	
..... PRESIDENTE		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL/FAX 0(XX)18 – 3273-9300 - CEP 19160-000 - ÁLVARES MACHADO-SP

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 03/2020 – DE 18/02/2020

Senhor Presidente e Vereadores,

Cumprimentando-os, venho encaminhar a essa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei nº 03/2020, que trata da revisão salarial aos servidores municipais, inclusive aos inativos e pensionistas do Executivo Municipal, a fim de preservar o valor aquisitivo da moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário, tendo como base o IPCA – IBGE de 2019.

Sendo assim, esta Administração Municipal dentro de suas prerrogativas de gerenciamento financeiro do Município, conforme estudo de impacto orçamentário-financeiro realizado pela Contabilidade e com o intuito de zelar e manter equilíbrio de suas receitas e despesas, submete o presente Projeto de Lei a essa colenda Casa Legislativa, pleiteando-se sua apreciação e favorável aprovação.

PM de Álvares Machado, 18 de Fevereiro de 2020


ROGER FERNANDES GASQUES
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

CNPJ: 43.206.424/0001-00

Estado de São Paulo

Impacto Orçamentário-Financeiro - Base de Cálculo

Revisão Salarial de 4,31%

Previsão do início do impacto das despesas: a partir da folha de pagamento de março de 2020.

SITUAÇÃO ATUAL DAS DESPESAS COM PESSOAL E PREVIDENCIÁRIAS PREFEITURA MUNICIPAL

MESES	DESPESA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	% DESPESA S/ RCL
jan/19	2.300.073,98	6.194.991,34	37,13
fev/19	2.425.015,70	5.657.887,15	42,86
mar/19	2.545.332,73	5.069.872,26	50,21
abr/19	2.606.221,79	5.074.422,91	51,36
mai/19	2.580.809,02	4.793.183,35	53,84
jun/19	2.783.565,65	6.243.340,15	44,58
jul/19	2.473.363,33	6.558.230,01	37,71
ago/19	2.596.024,95	4.726.012,83	54,93
set/19	2.638.500,70	4.434.944,59	59,49
out/19	2.585.743,11	5.200.544,29	49,72
nov/19	2.701.280,55	4.883.396,57	55,32
dez/19	5.122.102,62	8.268.612,52	61,95
TOTAL	33.358.034,13	67.105.437,97	49,71

TOTAL DE GASTO COM PESSOAL PERÍODO DE JAN/2019 a DEZ/2019

33.358.034,13

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PERÍODO DE JAN/2019 a DEZ/2019

67.105.437,97

PORCENTAGEM ATUAL DA DESPESA SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

49,71

Situação da despesa com pessoal após a revisão salarial de 4,31%

34.795.765,40

Impacto anual com a revisão salarial

1.437.731,27

Gasto atual com pessoal + revisão salarial

Despesas com Pessoal previstas para o Poder Executivo Municipal:	2020	2021	2022
Previsão das despesas com pessoal, sem aumento de salários	R\$ 33.358.034,13	R\$ 34.859.145,67	R\$ 36.427.807,22
Previsão das despesas com pessoal, com aumento de salários (4,31%)	R\$ 34.795.765,40	R\$ 36.361.574,84	R\$ 37.997.845,71

*para o ano de 2020 média da despesa entre JAN/2019 e DEZ/2019

*para os anos subsequentes considera-se crescimento da despesa em 4,5%



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

CNPJ: 43.206.424/0001-00

Estado de São Paulo

Pág. 02

Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro Atendimento ao art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal

REVISÃO SALARIAL DE 4,31%

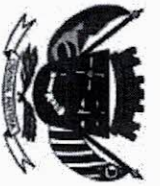
Na qualidade de ordenador da despesa, declaro que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa, conformed-se às orientações do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

Em seguida, estimo o Impacto trienal da despesa, nisso também considerando sua eventual e posterior operação:

Valor das despesas no exercício de 2020	R\$ 34.795.765,40	Orçamento 2020 *1	Caixa 2020 ↓
Impacto percentual sobre o orçamento de 2020	51,38%	R\$ 67.725.000,00	R\$ 67.725.000,00
Impacto sobre o caixa de 2020	51,38%		
* Considerado o valor total do orçamento para o exercício de 2020			
Valor das despesas no exercício de 2021	R\$ 36.361.574,84	Orçamento 2021 *1	Caixa 2021 ↓
Impacto percentual sobre o orçamento de 2021	51,38%	R\$ 70.772.625,00	R\$ 70.772.625,00
Impacto sobre o caixa de 2021	51,38%		
* Considerado o crescimento da Receita Orçamentária em 4,50%			
Valor das despesas no exercício de 2022	R\$ 37.997.845,71	Orçamento 2022*1	Caixa 2022 ↓
Impacto percentual sobre o orçamento de 2022	51,38%	R\$ 73.957.393,13	
Impacto sobre o caixa de 2022	51,38%		R\$ 73.957.393,13
* Considerado o crescimento da Receita Orçamentária em 4,50%			

Álvares Machado, 06 de fevereiro de 2020.

Roger Fernandes Casques
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

CNPJ: 43.206.424/0001-00

Estado de São Paulo

Pág. 03

Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro

Atendimento ao art. 19 e 20 III, b da Lei de Responsabilidade Fiscal

REVISÃO SALARIAL DE 4,31 %

Na qualidade de ordenador da despesa, declaro que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa, conformando-se às orientações do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. Em seguida, estimo o Impacto trienal da despesa, nisso também considerando o **Orçamento do Poder Executivo Municipal**:

Valor previsto da Receita Corrente Líquida para o exercício de 2020*

Valor previsto da Despesa com Pessoal para o exercício de 2020 consideradas as alterações:

Impacto percentual sobre a Receita Corrente Líquida Prevista:

*considerado a receita corrente líquida média dos meses de JAN/2019 a DEZ/2019

Valor previsto da Receita Corrente Líquida para o exercício de 2021*

Valor previsto da Despesa com Pessoal para o exercício de 2021 consideradas as alterações:

Impacto percentual sobre a Receita Corrente Líquida Prevista:

* considerado aumento da Receita Corrente líquida em 4,50% para o exercício de 2021, sobre a RCL prevista para o exercício de 2020.

Município

R\$ 67.105.437,97

R\$ 34.795.765,40

51,85%

Município

R\$ 70.125.182,68

R\$ 36.361.574,84

51,85%

Valor previsto da Receita Corrente Líquida para o exercício de 2022*

Valor previsto da Despesa com Pessoal para o exercício de 2022 consideradas as alterações:

Impacto percentual sobre a Receita Corrente Líquida Prevista:

* considerado aumento da Receita Corrente líquida em 4,50% para o exercício de 2022, sobre a RCL prevista para o exercício de 2021.

** *Receita corrente Líquida fornecida pelo Depto de Orçamento*

Município

R\$ 73.280.815,90

R\$ 37.997.845,71

51,85%

Álvares Machado, 06 de fevereiro de 2020.

Roger Fernandes Gasques

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL/FAX (18) 3273-9300
CEP 19160-000 – ÁLVARES MACHADO/SP

Parecer Jurídico nº 029/2020

Da: Procuradoria Jurídica.

Para: Administração.

Referente Projeto de Lei 03/2020

EMENTA: “Concede revisão anual de salário aos servidores do executivo municipal”.

COMENTÁRIOS PREAMBULARES

A Diretoria Administrativa, através do Memorando nº 07/20, solicita parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 03, de 18 de fevereiro de 2020, que concede revisão anual de salários aos servidores do executivo municipal, no percentual de **4,31%** (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento), tendo como base o IPCA-IBGE de 2019, a partir de 1º de março de 2020.

Acompanha o presente Projeto de Lei as justificativas, e o estudo de impacto orçamentário-financeiro.

COMPETÊNCIA DE INICIATIVA DAS LEIS E FUNDAMENTAÇÃO:

O art. 30, *caput*, e inciso II, da Constituição Federal, assim prescrevem:

“DIGA NÃO ÀS DROGAS E À PEDOFILIA”, DENUNCIE!
TELEFONES: 181 e 190 PLANTÕES 24 HORAS TODOS OS DIAS
OBSERVAÇÃO: A DENÚNCIA PODE SER ANÔNIMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL/FAX (18) 3273-9300
CEP 19160-000 – ÁLVARES MACHADO/SP

Art. 30. Compete aos Municípios:

II – complementar a legislação federal e a estadual no que couber.

O art. 144 da Constituição Estadual, assim prescreve:

Art. 144. Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por Lei Orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

A Lei Orgânica do Município, em seu artigo 54, inc. I, assim prescreve:

Art. 54. - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

O Art. 6º, incisos I, do mesmo diploma legal acima, prescrevem:

Art. 6º. Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

Portanto, previstos os requisitos constitucionais necessários para encaminhamento para apreciação do Poder Legislativo Municipal.

OUTRAS OBSERVAÇÕES

Além dos requisitos constitucionais elencados, necessário levar em consideração outros itens como no caso do inciso IV, do art. 7º, da CF, com

“DIGA NÃO ÀS DROGAS E À PEDOFILIA”, DENUNCIE!
TELEFONES: 181 e 190 PLANTÕES 24 HORAS TODOS OS DIAS
OBSERVAÇÃO: A DENÚNCIA PODE SER ANÔNIMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL/FAX (18) 3273-9300
CEP 19160-000 – ÁLVARES MACHADO/SP

valor nunca inferior ao salário mínimo, como já preconizado na doutrina e farta jurisprudência.

Na nossa Lei Orgânica Municipal, também assegura aos servidores municipais (art. 67 §§ 1º e 2º) o salário mínimo a todos os membros do funcionalismo municipal, conforme preceitua o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.

O Projeto de Lei abrangente aos inativos e pensionistas do Executivo Municipal, têm na revisão dos direitos dos servidores públicos à atualização a fim de ajustá-los aos dispositivos constitucionais, conforme os termos do artigo 37 inciso X (última parte) da C. Federal. É o princípio da periodicidade, ou seja, a garantia anualmente ao funcionalismo público municipal, no mínimo, uma revisão geral.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças pública voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo na alínea “a”, do inciso I, do art. 4º.

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL/FAX (18) 3273-9300
CEP 19160-000 – ÁLVARES MACHADO/SP

Deve-se observação também aos artigos 19 e 20, em parte, do mesmo diploma legal.

Art. 19. Para os fins do disposto, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro elaborado pelo setor de contabilidade apresenta para o período de jan/dez/2019, os gastos total com pessoal, o índice de 49,71% (pag. 01 do estudo de impacto).

Porém, com a revisão salarial de 4,31% (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento), a partir do mês de competência de março de 2020, a Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro para o período anual, será no porcentagem de 51,38%, (pág.03 estudo de impacto).

O art. 22, do mesmo diploma legal, impõe algumas restrições à Administração Pública, quando a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite de gasto estabelecido.

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA S/N – TEL/FAX (18) 3273-9300
CEP 19160-000 – ÁLVARES MACHADO/SP

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Vale salientar a efetivação do incansável esforço que a atual administração vem exercendo quanto à manutenção dos gastos totais com pessoal abaixo dos limites estabelecidos pelos normativos legais.

CONCLUSÃO

Assim sendo, o Projeto de Lei nº 03/2020, legalmente constituído, estando apto a ser submetido à apreciação favorável, pelo Egrégio Legislativo Municipal.

Todavia, mesmo já havendo redução no percentual de gastos com pessoal, recomendo ao Alcaide, providências necessárias no sentido de



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783 Fone/Fax (18) 3273-1331/1634 – CEP 19160-000 – SP
câmara@cmalvaresmachado.sp.leg.br

Poder Legislativo

Parecer Jurídico nº 06/2019

Referência: Projeto de Lei nº 004/20

Ementa: – reajusta o valor do Vale alimentação dos Servidores do Executivo.

Autoria: Poder Executivo.

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, formulado pela Diretoria Legislativa, sobre o Projeto de Lei 03/20, de 28/02/2020, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o reajuste do valor do Vale Alimentação dos Servidores Públicos, com pedido de tramitação nos moldes do parágrafo primeiro do artigo 37, §1º da Lei Orgânica do Município, Ofício PM. 76/2019, de 13 de fevereiro de 2019.

O Projeto de Lei vem acompanhado de:

1. Ofício PM 67/2020;
2. Projeto de Lei nº 04/2020, assinado pelo autor;
3. Justificativa à propositura;
4. Estudo do Impacto Orçamentário-Financeiro com declaração do ordenador das despesas, de que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa, conformando-se às orientações do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias, ratificado pelo contador; e
5. Parecer Favorável da Procuradoria Jurídica da Administração

O presente Projeto de Lei é para autorizar o executivo municipal elevar o valor do Vale Alimentação para R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

É o sucinto relatório.

II – DÁ ANÁLISE JURÍDICA

2.1 Do Regime de Urgência

O Poder executivo apresenta o projeto com pedido de tramitação nos moldes do parágrafo primeiro do artigo 37, da Lei Orgânica do Município, sob Regime de Urgência, que dispõe:

Art.37 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§1º - Solicitada a urgência, a Câmara se manifestará em até (trinta) dias sobre a proposição, contados da data em que foi feita a solicitação.

O Regimento Interno desta Casa de Leis, em seu art. 129, assim prescreve:

Art. 129. Serão votados em 2 (dois) turnos com intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, todos os projetos que tramitam pela Câmara.

Parágrafo único. Poderão ser votados em 1 (um) turno, os Projetos que sejam de iniciativa do Prefeito e estejam, por solicitação expressa, em Regime de Urgência. (Grifo nosso).



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783 Fone/Fax (18) 3273-1331/1634 – CEP 19160-000 – SP
câmara@cmalvaresmachado.sp.leg.br

Poder Legislativo

No caso em debate, considerando matéria, s.m.j, não há óbice quanto a tramitação, ficando o mérito a julgamento dos nobres vereadores.

2.2 Da competência e Iniciativa

A proposta em estudo nos afigura revestida da condição de legalidade no que concerne à competência administrativa comum (art.6, "caput" LOA). Em relação a iniciativa, conforme artigo 35 da Lei Orgânica Municipal, é de autoria do Poder Executivo, podendo ser exercida, como foi.

O art.30, inciso I, da Constituição Federal, assim prescreve:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local.

O art. 6º, inciso I, da Lei Orgânica do Município, assim prescreve:

Art. 6º. Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – Legislar sobre assuntos de interesse social.

Em relação a iniciativa, conforme artigo 35 da Lei Orgânica Municipal, são de iniciativa do Prefeito, as leis que disponham sobre:

Art. 35 – São de iniciativa do Prefeito, as leis que disponham sobre:

I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Destaquei).

(...)

Feita estas considerações sobre a competência e iniciativa, a Assessoria Jurídica OPINA s.m.j, pela regularidade formal do projeto.

2.3. Do Parecer contábil

Foi juntado o estudo de impacto orçamentário – financeiro com estimativa trienal, apresentado e assinado pelo ordenador de despesas.

Indica o artigo 2º, que as despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do Orçamento vigente.

A previsão do impacto sobre da receita corrente líquida do município será de 5,794% para o exercício de 2020, considerando a receita corrente líquida média dos meses de jan/2019 a dez/2019 (fls.01).



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783 Fone/Fax (18) 3273-1331/1634 – CEP 19160-000 – SP
câmara@cmalvaresmachado.sp.leg.br

Poder Legislativo

Nesse aspecto, de acordo com o art. 5º, o vale-alimentação será reajustado conforme a disponibilidade orçamentária, ficando a critério do executivo. No Estudo do Impacto Orçamentário-Financeiro, consta declaração do ordenador das despesas, de que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa.

Ressalta-se que não veio acompanhando o presente projeto de lei o Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes da LDO indicando o comprometimento percentual para o presente exercício financeiro.

Persistindo dúvidas, a Assessoria Jurídica s.m.j, recomenda aos vereadores, em especial aos membros da Comissão de Finanças e Orçamentos que solicitem orientação técnica junto ao setor contábil desta Casa de Leis, no que tange ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do projeto de lei em discussão.

2.4 Da Legislação Vigente

De acordo com o 18 da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que dispõe, *in verbis*:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

(...)

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

O Vale Alimentação foi implantado através da Lei Municipal nº 2.608, de 25 de junho de 2009. E consoante o art. 6º, o valor do benefício não será incorporado à remuneração do servidor e sobre ele não haverá incidência de contribuições trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, bem como não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens pecuniárias ou indenizatórias.

A priori, não devem as despesas para o pagamento do vale-alimentação aos servidores públicos do Município serem levadas em consideração para a adequação dos gastos da Administração Pública com pessoal aos limites impostos pela LC nº 101/2000.

Nesse sentido, trago a colação a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.218.396 - RS (2009/0148266-7) RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA PROCURADOR : LUCIANO OLIVEIRA DE AMORIM E OUTRO (S) AGRAVADO : ANDRÉA GOMES MEDEIROS E OUTROS ADVOGADO : SILVANA MARIA TEDESCO E OUTRO (S) ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR MUNICIPAL. LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000. IMPOSSIBILIDADE DE IMPEDIR O PAGAMENTO DE DIREITO PREVISTO EM LEI. PRECEDENTES. APRECIÇÃO DE DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS. SÚMULA Nº 07 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de agravo de instrumento interposto por MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA em face de decisão do Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que, em sede de apelação em ação ordinária, indeferiu o processamento de recurso especial fundamentado nas alíneas a e c do permissivo constitucional. O recurso especial obstando dirige-se contra acórdão ementado nos seguintes termos, litteris: "APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. VALE-ALIMENTAÇÃO. LEI MUNICIPAL Nº 4.279/03. AUSÊNCIA DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. 1. O Município não pode deixar de pagar o vale-alimentação aos servidores públicos no período postulado, verba de caráter indenizatório e prevista na legislação municipal, sob o



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783 Fone/Fax (18) 3273-1331/1634 – CEP 19160-000 – SP
câmara@cmalvaresmachado.sp.leg.br

Poder Legislativo

fundamento de ausência de dotação orçamentária, a qual não restou comprovada, (...). O Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que aquele diploma legal, que regulamentou o art. 169 da Constituição Federal de 1988, ao fixar os limites de despesas com pessoal dos entes públicos, não pode servir de fundamento para elidir o direito dos servidores públicos. Nesse sentido, confirmam-se os precedentes do Pretório Excelso seguintes: "Servidor Público: direito à incorporação de vantagem pessoal: limite de despesas de pessoal do Estado previsto no art. 169 da Constituição Federal. O art. 169 da Constituição não é oponível ao direito subjetivo do servidor ou inativo a determinada vantagem: não está na violação de direitos subjetivos o caminho legítimo para reduzir ao limite decorrente daquele preceito as despesas de pessoal do Estado." (AgRg no AG 363.129/PB, 1.ª Turma, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 08/11/2002; sem grifos no original.) "Servidores públicos contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Direito aos reajustes concedidos pela legislação federal aos trabalhadores em geral. - O Plenário desta Corte já firmou o entendimento de que, se o Estado-membro admite servidores sob o regime da legislação trabalhista, fica ele sujeito à legislação federal sobre os reajustes salariais. - Por outro lado, tem (RE 164.715, Pleno, 13.06.96) razão o aresto ora atacado, ao salientar que a limitação constitucional com relação aos gastos com o pessoal visa a que o Poder Público tome providências no sentido de não ultrapassar essa limitação como não aumentar o número de servidores e extinguir cargos públicos vagos. Não impede, porém, ela a percepção pelos servidores dos direitos que lhes são assegurados pela lei. (...). (STJ - Ag: 1218396, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Publicação: DJe 11/11/2009)

Entretanto, de acordo com a Lei Complementar no. 101/2000, art. 22, parágrafo único, Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso, a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição.

Da análise do estudo de impacto econômico-financeiro juntado ao PL 03/20, referente período de janeiro/2019 a dezembro/2019, verifica-se que o índice de gasto de pessoal atual ficou em 49,71%, com a revisão de 431% em março/2020, o índice foi para 51,38%, estando desde já, o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade, excedido em 0,08%.

Considerando que o índice aplicado foi 5,883%, acima do previsto pelo IPCA ¹, (atualizado), a inflação medida para o período de Janeiro/19 a Dezembro/19, ficou em 4,31%, o Projeto de Lei em discussão não trata apenas de efetiva recomposição salarial, conforme art. 37, inciso X, da Constituição Federal e sim de reajuste.

III - CONCLUSÃO

A priori, não devem as despesas para o pagamento do vale-alimentação aos servidores públicos do Município serem levadas em consideração para a adequação dos gastos da Administração Pública com pessoal aos limites impostos pela LC nº 101/2000.

Isto porque, as verbas indenizatórias, não possuem natureza salarial e não devem incorporar a remuneração, contudo, recomenda-se a juntada do índice da despesa com pessoal no PL em discussão.

Diante do exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, s.m.j, a Assessoria Jurídica, OPINA pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado e, RECOMENDA adoção de providências em relação ao cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A emissão de parecer por esta assessoria jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

¹ Disponível em: <http://www.calculador.com.br/tabela/indice/IPCA>. Acesso: 18/02/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783 Fone/Fax (18) 3273-1331/1634 – CEP 19160-000 – SP
câmara@cmalvaresmachado.sp.leg.br


Poder Legislativo

Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Em relação ao mérito, a Assessoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá aos nobres Vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer s.m.j que submeto a apreciação de Vossa Excelência.

CM. Álvares Machado (SP), 06 de março de 2020.


Fabiane Maria de São José
Assessoria Jurídica
OAB SP 389.027

'CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO
Comissão de Justiça e Redação

PARECER Nº 005/20

PROCESSO: Projeto de lei nº 03/20

AUTORIA: Poder Executivo

ASSUNTO: Dispõe sobre: revisão anual de salários dos servidores do Executivo

DATA: 03 de março de 2020.

PARECER: A Comissão, quanto ao aspecto legal, gramatical e lógico, se posiciona pela legalidade do mesmo, pois, trata-se de matéria constitucional, devendo ir a Plenário, para apreciação do mérito.



LUIZ FRANCISCO BOIGUES
Presidente



EDSON DOS SANTOS RODRIGUES
Relator



CARLOS JOSÉ RIBEIRO
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO
Comissão de Finanças e Orçamento

PARECER Nº 02/2020

PROCESSO: Projeto de lei nº 03/20

AUTORIA: Poder Executivo

ASSUNTO: Dispõe sobre: revisão anual de salários aos servidores do Executivo.

DATA: 03 de março de 2020.

PARECER: A Comissão, em análise a propositura, emite parecer favorável ao projeto, visto que a revisão anual está contemplada no orçamento vigente, conforme demonstrado nos autos, com o estudo de impacto orçamentário-financeiro

É o parecer.


JOSÉ APARECIDO RAMOS
Presidente


CLÁUDIO DE MELO SALOMÃO
Relator


TOMAZ DOS SANTOS MENDEZ
Membro

